



MARIA CECÍLIA CURY CHADDAD

A EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS ATRAVÉS DO MANDADO DE INJUNÇÃO

O CONTROLE DA OMISSÃO PARCIAL

Prefácio
Flávia Piovesan

Área específica:
Direito Constitucional

Áreas afins:
Direito Processual Constitucional. Remédios
Constitucionais.

Público-alvo/consumidor:
Estudantes e aplicadores do Direito.

Formato: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO: 10000088

A presente obra, fruto da dissertação de mestrado apresentada na PUC-SP sob a orientação da Professora Doutora Flávia Piovesan, tem por escopo a análise do mandado de injunção enquanto instrumento apto a possibilitar o exercício de direito, liberdade ou prerrogativa previstos na Constituição.

Com suporte nos princípios da hermenêutica constitucional, busca-se uma interpretação ótima do texto, que obriga o Poder Judiciário a conferir, à Constituição, a sua máxima efetividade, com a consequente concretização de suas normas.

Defende-se a possibilidade de impetração do mandado de injunção mesmo nos casos nos quais, embora haja norma regulamentadora, tal regulamentação não se mostra suficiente para tornar imediatamente exequível o programa posto na Constituição, para viabilizar, efetivamente, o exercício de direito ou garantia constitucional.

C432e	Chaddad, Maria Cecília Cury
	A efetividade das normas constitucionais através do mandado de injunção: o controle da omissão parcial / Maria Cecília Cury Chaddad; prefácio de Flávia Piovesan. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
	138 p. ISBN 978-85-7700-498-0
	1. Direito constitucional. 2. Direito processual constitucional. I. Piovesan, Flávia. II. Título.
	CDD: 341.2 CDU: 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CHADDAD, Maria Cecília Cury. *A efetividade das normas constitucionais através do mandado de injunção: o controle da omissão parcial*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. 138 p. ISBN 978-85-7700-498-0.

Maria Cecília Cury Chaddad

Mestre e doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Auxiliar voluntária de ensino da professora Flávia Piovesan no Curso de Direito Constitucional da PUC-SP. Advogada em São Paulo.

Sumário do livro:

PREFÁCIO

Flávia Piovesan

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

- 2.1 Considerações iniciais
- 2.2 Origem do controle da constitucionalidade e modelos
- 2.3 Espécies de inconstitucionalidade
- 2.4 O controle de constitucionalidade no Brasil

CAPÍTULO 3

O CONTROLE CONSTITUCIONAL DA OMISSÃO

- 3.1 Considerações iniciais
- 3.2 Classificação das normas constitucionais
- 3.3 Direito comparado
- 3.4 Instrumentos para o controle da omissão na Constituição de 1988

CAPÍTULO 4

O MANDADO DE INJUNÇÃO

- 4.1 O mandado de injunção na Constituição de 1988
- 4.2 Origem
- 4.3 Objeto
- 4.4 Finalidade
- 4.5 Pressupostos
 - 4.5.1 A norma regulamentadora
 - 4.5.2 A falta de norma regulamentadora

CAPÍTULO 5

O CONTROLE DA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL POR MEIO DO MANDADO DE INJUNÇÃO

- 5.1 A hermenêutica constitucional
- 5.2 O posicionamento do Supremo Tribunal Federal
 - 5.2.1 Existência de norma complementando o comando constitucional
 - 5.2.2 Existência de norma, não obstante seja insatisfatória ou injusta

CAPÍTULO 6

O ALCANCE DE MÁXIMA EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS ATRAVÉS DO MANDADO DE INJUNÇÃO

- 6.1 A máxima efetividade das normas constitucionais
- 6.2 O princípio do acesso à justiça
- 6.3 O princípio da dignidade da pessoa humana como vetor interpretativo
- 6.4 A aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais
- 6.5 O posicionamento do Supremo Tribunal Federal

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

ÍNDICE DE ASSUNTO

ÍNDICE ONOMÁSTICO